

LUIZ BENITO DE CARVALHO OLIVIERI



UNICAMP

original (Gramsci) e não de fontes secundárias (e
tos sobre o autor), se o tempo destinado à monogr
no conjunto do curso, permitisse uma leitura mais
lhada da obra do pensador italiano.

O LAZER COMO ÁREA DE INTERVENÇÃO PROFISSIONAL
a atuação do profissional

Prof. Dr. Nelson Carvalho Marcellino
-Orientador

Campinas, 31 de julho de 1992.

Campinas-SP
Universidade Estadual de Campinas
Faculdade de Educação Física
1992

UNIDADE FGF 1002
 N.º CHAMADA:
 TCC / UNICAMP
 0648
 V. _____ Ex. _____
 TOMBO BC/ 2533
 PROC.
 C ☐ D ☒
 PRECO R\$ 11,00
 DATA
 N.º CPD 362834

LUIS BENITO DE CARVALHO OLIVEIRA

O LAZER COMO ÁREA DE INTERVENÇÃO PROFISSIONAL
 a atuação do profissional

Universidade Estadual de Campinas
 Faculdade de Educação
 Departamento de Educação Física
 Campinas-SP
 1992

1992-11-10 11:00
 1992-11-10 11:00

1992-11-10 11:00
 1992-11-10 11:00



UNICAMP

original (Gramsci) e não de fontes secundárias (e
tos sobre o autor), se o tempo destinado à monogr
no conjunto do Curso, permitisse uma leitura mais
lhada da obra do pensador italiano.

o trabalho de pesquisa, a dedicação ao processo d
tação, as participações nos seminários de projeto
monografias, e o resultado final apresentado, rec
o conceito máximo "A".

Prof. Dr. Nelson Carvalho Marcellino

-Orientador

Campinas, 31 de julho de 1992.



UNICAMP

Faculdade de Educação Física

Curso de Especialização em Recreação e Lazer

Monografia: LUIZ BENITO DE CARVALHO OLIVIERI

"O lazer como área de intervenção profissional"

Parecer:

O trabalho apresentado é relevante, tanto em termos de contribuição para a área de conhecimento, quanto para possíveis implementações de políticas, em organismos públicos e/ou privados.

Nesse sentido, sugiro:

1. encaminhamento de cópias do trabalho ao SESI-Nacional e Regionais (Instituição de origem do autor), tendo em vista possíveis aproveitamentos, inclusive na implementação da Política Nacional de Lazer da Entidade;
2. adaptação da monografia para artigo, a partir do terceiro capítulo, utilizando os dois primeiros, quando necessário, para explicitar conceitos ou situações referidos;
3. encaminhamento do artigo para Revistas ou Coletâneas, que tenham o lazer como tema.

Quanto ao conjunto e ao desenvolvimento das partes componentes da monografia, estão de acordo e até superam o nível exigido para um Curso de Especialização. No entanto, o tratamento dado ao Capítulo I, poderia ser revestido de um aprofundamento maior, a partir da fonte



Este trabalho é dedicado a Cláudia Martins

Renee, Suzanne Elizabeth Hald Madsen, Leda Maria Cavalcante

Peixoto e Luiz Carlos Marcolino, amigos que trabalham comigo no

Serviço de Lazer da Divisão Técnica do Departamento Nacional do

Brasil, sem os quais não teria sido possível fazer o Curso de

Especialização em Recreação e Lazer e elaborar este trabalho.

Monografia apresentada, como exigência parcial, para obtenção do Título de Especialista em Recreação e Lazer, no Curso de Especialização em Recreação e Lazer, da Faculdade de Educação Física, da Universidade Estadual de Campinas, sob a orientação do Prof. Dr. Nelson Carvalho Marcellino.

Ao meu Orientador, Prof. Dr. Nelson Carvalho

Marcellino, mestre e, especialmente, amigo.

Ao Prof. Dr. Antonio Carlos Bramante, pelo
Este trabalho é dedicado a Cláudia Martins
incentivo, os ensinamentos e a amizade.

Ramalho, Johanne Elizabeth Hald Madsen, Lêda Maria Cavalcante
Peixoto e Luiz Carlos Marcolino, amigos que trabalham comigo no
Serviço de Lazer da Divisão Técnica do Departamento Nacional do
SESI, sem os quais não teria sido possível fazer o Curso de
Especialização em Recreação e Lazer e elaborar este trabalho.

RESUMO

AGRADECIMENTOS

Objetivo deste trabalho é contribuir para análise da atuação do profissional de lazer, discutindo suas implicações técnicas e políticas, a partir da relação entre os planos cultural e social da realidade brasileira.

Marcellino, mestre e, especialmente, amigo.

Nesse sentido, utilizou-se a perspectiva gramsciana do intelectual orgânico e o seu papel de formulador de ideologias ou contra-ideologias na busca da hegemonia, dentro de uma formação histórica específica. Ainda na referência teórica, procurou-se

articular os conceitos de cultura e lazer ao papel do profissional, entendido enquanto intelectual/educador.

através do incentivo e da colaboração,

Em seguida, traçou-se um quadro sumário da estrutura socioeconômica brasileira, tendo em vista que a prática social do lazer, embora reconhecida como um direito constitucional, encontra sérios obstáculos à sua consecução, a partir das desigualdades sociais provocadas pela organização da produção. Ao caracterizar-se a estrutura social do país, passando por uma discussão das políticas de lazer, procurou-se estabelecer a ligação entre o referencial teórico e a atuação do profissional de lazer.

A terceira e última parte do trabalho busca caracterizar a estreita ligação entre lazer, educação e trabalho e, dentro deste quadro, a atuação do profissional. Entende-se que, ao trabalhar com lazer, momento privilegiado para a vivência da cultura, o profissional pode se constituir num elemento de

transformação dos valores **RESUMO** e intelectuais vigentes. a depender do compromisso ideológico que venha a assumir com as

classes so O objetivo deste trabalho é contribuir para análise da atuação do profissional de lazer, discutindo suas implicações técnicas e políticas, a partir da relação entre os planos cultural e social da realidade brasileira.

Nesse sentido, utilizou-se a perspectiva gramsciana do intelectual orgânico e o seu papel de formulador de ideologias ou contra-ideologias na busca da hegemonia, dentro de uma formação histórica específica. Ainda na referência teórica, procurou-se articular os conceitos de cultura e lazer ao papel do profissional, entendido enquanto intelectual/educador.

Em seguida, traçou-se um quadro sumário da estrutura socioeconômica brasileira, tendo em vista que a prática social do lazer, embora reconhecida como um direito constitucional, encontra sérios obstáculos à sua consecução, a partir das desigualdades sociais provocadas pela organização da produção. Ao caracterizar-se a estrutura social do país, passando por uma discussão das políticas de lazer, procurou-se estabelecer a ligação entre o referencial teórico e a atuação do profissional de lazer.

A terceira e última parte do trabalho busca caracterizar a estreita ligação entre lazer, educação e trabalho e, dentro deste quadro, a atuação do profissional. Entende-se que, ao trabalhar com lazer, momento privilegiado para a vivência da cultura, o profissional pode se constituir num elemento de

transformação dos valores morais e intelectuais vigentes. a depender do compromisso ideológico que venha a assumir com as classes sociais menos privilegiadas.

INTRODUÇÃO

I - Buscando referências

- 1 - A perspectiva Gramsciana 11
- 2 - A questão da cultura 14
- 3 - O desenvolvimento histórico da prática do lazer 17

II - O quadro macroestrutural 21

- 1 - A situação brasileira-legislação e estrutura social 22
- 2 - Considerações para uma política de lazer 25
- 3 - A Política de Lazer no SESI 27

III - O Lazer como área de intervenção profissional 35

- 1 - Lazer e trabalho 36
- 2 - Lazer e educação 37
- 3 - A atuação do profissional 39

Conclusão 50

Notas 53

Bibliografia 57

Anexo: Política e Diretrizes de Ação do SESI no Campo do Lazer

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO

INTRODUÇÃO

I - Buscando referências

- 1 - A perspectiva Gramsciana 11
- 2 - A questão da cultura 14
- 3 - O desenvolvimento histórico da prática do lazer 17

II - O quadro macroestrutural

21

- 1 - A situação brasileira-legislação e estrutura social 22
- 2 - Considerações para uma política de lazer 25
- 3 - A Política de Lazer no SESI 27

III - O Lazer como área de intervenção profissional

35

- 1 - Lazer e trabalho 36
- 2 - Lazer e educação 37
- 3 - A atuação do profissional 39

Conclusão

50

Notas

53

Bibliografia

57

Anexo: Política e Diretrizes de Ação do SESI no Campo do Lazer

INTRODUÇÃO

Este trabalho reflete a nossa preocupação em entender algumas questões relativas à prática social do lazer, em especial a atuação do profissional. Longe de buscar a originalidade, pautou-se por uma necessidade de sistematizar leituras, registrar aspectos da convivência profissional e, acima de tudo, compreender a nossa própria atuação.

Cabe ressaltar que, para além das formalidades acadêmicas, este estudo monográfico, até mesmo pelo seu caráter de exploração temática, teve propósito de levantar questões e fazer determinadas inferências sem o compromisso de dar respostas conclusivas imediatas. Este procedimento prende-se ao fato de entendermos que os estudos acadêmicos apesar de terem a obrigação de procurar estabelecer argumentações coerentes e consistentes, não podem, necessariamente, estarem presos a argumentos de autoridade, devendo, entretanto, formentar o debate e a discussão dos temas em estudo.

Assim, esperamos que os erros, as omissões e até mesmo os acertos sirvam como ponto de partida para outros estudos que possam aprofundar as questões abordadas e, desta forma, contribuir para o processo de ação x reflexão x ação que julgamos pertinente a todos os profissionais que atuam no campo do lazer, entendido neste momento e acima de tudo, como um espaço social onde se busca ser feliz.

O trabalho está estruturado nas seguintes partes:

referencial teórico; o quadro macroestrutural; o lazer como área de intervenção profissional - a atuação do profissional; conclusão.

Na primeira parte foram expostos alguns aspectos do pensamento de Gramsci, em especial no que se refere à figura do intelectual; aspectos relativos à questão da cultura, bem como o conceito por nós utilizado; um breve histórico do desenvolvimento da prática do lazer e o(s) conceito(s) que foi(foram) trabalhado(s).

A segunda parte delinea a o quadro macroestrutural, a partir do qual a prática do lazer é analisada. Ainda nesta etapa, são feitas algumas considerações sobre política de lazer, sua conceituação e discutidos pontos que dificultam sua elaboração/implantação. Também, foi descrito um processo concreto de elaboração de política de lazer, levado a efeito pelo Serviço Social da Indústria-SESI.

A terceira etapa do trabalho analisa o lazer como área de intervenção profissional no intuito de situar a atuação do profissional. Para facilitar a linha de raciocínio, procurou-se verificar a relação lazer - trabalho, tendo em foco a sua relação de mútuo condicionamento, e a ligação lazer e educação, a partir da seguinte vinculação: profissional de lazer/educador. A atuação do profissional, que fecha a terceira etapa do trabalho é enfocada tendo em vista as etapas anteriores, ou seja, procurando fazer a ligação entre o referencial teórico e a configuração concreta da prática do lazer no país.

A conclusão é apenas um fechamento sumarizado do

trabalho, considerando que ao longo do texto foram sendo feitas conclusões (?) parciais.

1 - A perspectiva Gramsciana

Finalmente, queremos registrar que no processo de reflexão e elaboração deste trabalho, acreditamos ter compreendido o que Beto Guedes e Ronaldo Bastos quiseram dizer na letra da música "Sol de Primavera":

"A lição sabemos de cor, que na sociedade burguesa
liga a infra-estrutura e assegura ao bloco
histórico o exercício da hegemonia" (1) e mais "o caráter universal do papel dos intelectuais, que consiste em desenvolver, em favor da classe a que pertencem, a unidade e a consciência de classe, através de um sutil trabalho de homogeneização, pois a homogeneidade e a tomada de consciência não nascem espontaneamente da posição que esta classe ocupa no sistema de produção, mas de sua ação com vistas a promover, na superestrutura, uma visão unitária" (2). Se considerarmos um bloco histórico, isto é, uma situação histórica global, distinguimos aí, uma estrutura social - as classes que dependem diretamente da relação com as forças produtivas - e, por outro lado, uma superestrutura ideológica e política. O vínculo orgânico entre esses dois elementos é realizado por certos grupos sociais, cuja função é operar não ao nível econômico, mas superestrutural: os intelectuais" (3).

Os intelectuais não constituem uma classe propriamente dita, mas grupos vinculados às diferentes classes: "não existe uma classe independente de intelectuais, mas cada grupo social

possui sua própria camada de intelectuais, ou tende a formá-la"

I - BUSCANDO REFERÊNCIAS

(4).

1 - A perspectiva Gramsciana

No intuito de contribuir para análise da atuação do profissional de lazer, este trabalho tem como referência teórica a visão de Gramsci, em especial, no que se refere à categoria dos intelectuais, como aquele indivíduo "que na sociedade burguesa liga a infra-estrutura à superestrutura e assegura ao bloco histórico o exercício da hegemonia" (1) e mais "o caráter universal do papel dos intelectuais, que consiste em desenvolver, em favor da classe a que pertencem, a unidade e a consciência de classe, através de um sutil trabalho de homogeneização, pois a homogeneidade e a tomada de consciência não nascem espontaneamente da posição que esta classe ocupa no sistema de produção, mas de sua ação com vistas a promover, na superestrutura, uma visão unitária" (2). Se considerarmos um bloco histórico, isto é, uma situação histórica global, distinguimos aí, uma estrutura social - as classes que dependem diretamente da relação com as forças produtivas - e, por outro lado, uma superestrutura ideológica e política. O vínculo orgânico entre esses dois elementos é realizado por certos grupos sociais, cuja função é operar não ao nível econômico, mas superestrutural: os intelectuais" (3).

Os intelectuais não constituem uma classe propriamente dita, mas grupos vinculados às diferentes classes: "não existe uma classe independente de intelectuais, mas cada grupo social possui sua própria camada de intelectuais, ou tende a formá-la"

Os intelectuais não constituem uma classe propriamente dita, mas grupos vinculados às diferentes classes: "não existe uma classe independente de intelectuais, mas cada grupo social possui sua própria camada de intelectuais, ou tende a formá-la"

Os intelectuais não constituem uma classe propriamente dita, mas grupos vinculados às diferentes classes: "não existe uma classe independente de intelectuais, mas cada grupo social possui sua própria camada de intelectuais, ou tende a formá-la"

Os intelectuais não constituem uma classe propriamente dita, mas grupos vinculados às diferentes classes: "não existe uma classe independente de intelectuais, mas cada grupo social possui sua própria camada de intelectuais, ou tende a formá-la"

possui sua própria camada de intelectuais, ou tende a formá-la" (4).

Todo agrupamento humano, por menor que seja, na medida em que vai se organizando, necessita criar normas, leis, técnicas de difusão da ideologia (sistema escolar, massa média, estatutos, orientações, códigos de procedimentos, de ética etc. Bibliotecas etc.).

Depois que esse grupo existe há algum tempo, as tradições começam a ser importantes na definição desse grupo. Dentro do grupo vão sendo criadas, ainda, certas lendas, mitos, crenças, que servem para explicar, legitimar, fortificar, sacralizar, reproduzir as práticas já existentes, e tudo isso que é criado pelo grupo constitui a superestrutura (5).

As superestruturas formam um conjunto complexo, em cujo seio Gramsci distingui duas esferas essenciais: a sociedade política, que agrupa o aparelho de Estado, e a da sociedade civil que é o conjunto dos organismos vulgarmente ditos privados e corresponde à função de hegemonia que o grupo dominante exerce em toda a sociedade.

A sociedade civil, segundo Portelli (6), pode ser considerada sob três aspectos complementares:

- como ideologia da classe dirigente, ela abrange todos os ramos da ideologia, da arte à ciência, incluindo a economia, o direito etc;

- como concepção do mundo, difundida em todas as camadas sociais para vinculá-las à classe dirigente, ela se adapta a todos os grupos; advém daí seus diferentes graus qualitativos: filosofia, religião, senso comum, folclore;

- como direção ideológica da sociedade, articula-se em

três níveis essenciais: a ideologia propriamente dita, a estrutura ideológica - isto é, as organizações que a criam e a difundem - e o material ideológico, quais sejam: os instrumentos técnicos de difusão da ideologia (sistema escolar, mass média, bibliotecas etc.).

Conforme Freitag (7), "para Gramsci, a sociedade civil expressa o momento da persuasão e do consenso que, conjuntamente com o momento da repressão e da violência (sociedade política), asseguram a manutenção da estrutura de poder (Estado). Na sociedade civil dominação se expressa sob a forma de hegemonia, na sociedade política sob a forma de ditadura".

"Toda relação de hegemonia é necessariamente uma relação pedagógica. O grau de êxito de tal processo pedagógico será aferido pela medida em que um novo consenso seja formado" (8).

Ainda segundo Freitag, "assume importância a concepção da sociedade civil como o lugar de circulação (livre) de ideologias. Desde que uma classe pretenda assegurar seu domínio pela hegemonia, precisa conceder mesmo ilusoriamente, um momento de liberdade, insinuando à classe oprimida que ela livremente opta por sua concepção de mundo" (9).

Este espaço pode ser aproveitado pela classe oprimida, que mediante seus intelectuais orgânicos podem lançar sua contra-ideologia.

Dentro deste esquema gramsciano é que se torna possível

pensar dialeticamente o problema da educação e, no presente trabalho, a atuação do profissional de lazer, enquanto educador e intelectual orgânico.

2 - A Questão da Cultura

Embora seja bastante antiga a preocupação dos estudiosos com o fato de os homens apresentarem comportamentos tão diferenciados, a noção de cultura irá adquirir diversos matizes ao longo do tempo.

Passando por explicações de cunho biológico, onde está presente o pressuposto de que o homem possui a capacidade de transmitir hereditariamente seus padrões de comportamento, a cultura será explicada, também, através do determinismo geográfico, atribuindo a diferença entre os povos, principalmente ao clima (10).

Com o avanço das ciências sociais e a necessidade de justificar o colonialismo europeu (11), o conceito de cultura irá se desenvolver, superando as interpretações mais simplistas, embora esteja longe de obter qualquer consenso sobre seu significado. É importante ressaltar que, do nosso ponto de vista, o consenso não é a solução dos problemas do conhecimento; entretanto, uma infinidade de interpretações em nada facilita o esclarecimento da questão em pauta.

Ainda sobre a questão conceitual, cabe mencionar que em nível acadêmico têm-se conseguido elaborações mais sofisticadas e consistentes sobre o que venha ser a cultura, a despeito da

utilização de referenciais teóricos e metodológicos bastante diferenciados e até mesmo contraditórios. Por sua vez, os avanços acadêmicos não podem deixar de levar em conta a acepção amplamente disseminada entre a população, inclusive nas universidades, o que é comprovado por nossa experiência docente, de cultura enquanto acúmulo de saber e mais enfaticamente enquanto refinamento social, numa clara perspectiva etnocêntrica às avessas. Ou seja, culto é o indivíduo que possui formas de ser e pensar, conforme os padrões dos chamados países desenvolvidos.

Outro ponto que tem contribuído para dificultar a compreensão do significado de cultura é a ação do poder público. Haja vista as secretarias de Cultura, Esporte e Lazer, distinguindo práticas sociais históricas que não se distinguem e não podem ser compartimentalizadas como coisas excludentes. A recente criação e desativação do Ministério da Cultura serve para exemplificar o quanto a questão da cultura não está muito clara no âmbito da sociedade brasileira, já que o processo de efetivação do referido Ministério sempre esteve cunhado pela ambiguidade de suas ações. de modos de fazer, ser, interagir e

representa. Como se não bastasse a amplitude evocada pelo termo Cultura, existem as classificações de cultura popular e cultura do povo (12). Embora reconhecendo que determinadas classificações têm objetivo de servir como instrumento de ação política em situações e épocas específicas, como foi o caso do Centro Popular de Cultura da UNE, o desdobramento de certos conceitos (no caso, cultura popular e cultura do povo) pode resultar em polarizações

que pouco contribuem para o desenvolvimento da realidade, possibilitando, ainda, a apropriação do discurso em prol de ideologias dominadoras e totalitárias.

Outro aspecto a ser mencionado é a chamada abordagem culturalista que tem sido bastante útil a explicações nitidamente ideológicas, especialmente no que se refere às diferenças entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos. Conforme Coulson (13), essa abordagem "não explica - além do acidente histórico - porque as culturas diferem, entre sociedades e - mais importante quando estudamos nossas próprias sociedades - entre diferentes grupos dentro das sociedades". A questão cultural, entendida enquanto fenômeno superestrutural, não pode perder de vista as determinações advindas da organização histórica das sociedades, onde os bens culturais são produzidos e apropriados através da constante relação dialética entre os grupos dominantes e subordinados.

Após terem sido feitas estas considerações de ordem teórico-metodológicas, estaremos entendendo a cultura como consistindo "num conjunto de modos de fazer, ser, interagir e representar que, produzidos socialmente, envolvem simbolização e, por sua vez, definem o modo pelo qual a vida social se desenvolve". (14)

Esta noção "implica, assim, no reconhecimento de que a atividade do homem está vinculada à construção de significados que dão sentido à sua existência". (15)

Desta forma, a análise da cultura, "(...) não pode

ficar restrita ao produto da atividade humana, mas tem que considerar também o processo dessa produção - o modo como esse produto é socialmente elaborado". (16)

3 - O Desenvolvimento Histórico da Prática do Lazer

Historicamente, as pessoas, em todas as sociedades, tiveram suas práticas de lazer.

Neste trabalho, estamos entendendo o lazer como um conjunto de atividades e/ou atitudes experienciadas pelos indivíduos no seu tempo livre, cujas características básicas são a livre escolha e espontaneidade, o prazer e o exercício da atividade, contribuindo para o seu desenvolvimento pessoal e social. O que significa, em última instância, vivência, incorporação e expansão dos bens culturais (17).

Todavia é preciso entender o fenômeno numa perspectiva temporal para que se possa caracterizá-lo a partir de seus modernos entendimentos. Se nas chamadas "sociedades tradicionais" o lazer fluía como um componente inseparável do ato de viver, ou seja, não se separava de outras práticas sociais tais como o trabalho, a vivência familiar, religiosa e educativa, o mesmo não aconteceu nas chamadas "sociedades modernas". Aqui, por necessidades impostas pela organização social e mais especificamente, pela organização do trabalho, a vida passa a ser muito mais compartimentalizada, tornando o lazer um dos momentos possíveis da vida e mais do que isto um dos momentos sonhados.

É inegável o papel que a revolução industrial e o advento do capitalismo exercem sobre as práticas de lazer. A ideologia do trabalho passa a ser o determinante essencial da vida humana, deixando ao lazer um espaço "funcional" de contraponto necessário e controlado ao crescimento da produtividade (18). Assim, nenhuma ação é totalmente executada por tempo livre (o tempo que sobra do trabalho, da reposição imediata das energias e outros). A análise do lazer e o entendimento de

seu moderno significado passa, portanto, inevitavelmente por sua relação com o trabalho.

Assim, é a partir da aludida compartimentalização da vida e a complexidade das relações sociais impostas pelas modernas sociedades, que o lazer passa a ser objeto de estudo por inúmeras áreas do conhecimento, sendo conceituado e definido dentro dos paradigmas destas áreas.

Neste trabalho, estamos entendendo o lazer como, um conjunto de atividades e/ou atitudes experienciadas pelos indivíduos no seu tempo livre, cujas características básicas são a livre escolha, a espontaneidade, o prazer e o exercício da criatividade, contribuindo para o seu desenvolvimento pessoal e social, o que significa, em última instância, vivência, incorporação e expansão dos bens culturais (17).

Nesta linha de pensamento, o exercício do lazer está diretamente relacionado ao bem-estar social, tendo em vista suas possibilidades de ampliar a visão de mundo dos indivíduos e instrumentalizá-los para a apropriação da cultura, aqui entendida enquanto criação coletiva.

Torna-se importante relativizar as características de livre escolha e espontaneidade, tendo em vista que mesmo nas atividades de lazer, é preciso considerar os determinismos culturais, sociais, políticos e econômicos que fazem parte do cotidiano (18). Assim, nenhuma ação é totalmente executada por livre escolha ou com total espontaneidade. O que existe, de fato, é um maior grau de liberdade nas ações de lazer, do que naquelas

realizadas no âmbito do trabalho, dos rituais familiares, religiosos e sócio-políticos.

Nas suas formulações, Dumazidier (19) fala da três funções mais importantes do lazer: a função de descanso, de divertimento e de desenvolvimento. A função de descanso teria como objetivo a reparação das deteriorações físicas e nervosas resultantes das obrigações cotidianas, particularmente do trabalho; o divertimento seria a fuga para um mundo diferente, e mesmo diverso, do enfrentado todos os dias; o desenvolvimento permitiria uma participação social maior e mais livre, permitindo novas possibilidades de integração voluntária à vida de agrupamentos recreativos, culturais e sociais.

Embora reconhecendo, como o autor, que as três funções são solitárias e estão sempre intimamente unidas umas às outras, neste trabalho, por seu objetivo primeiro, daremos ênfase à função de desenvolvimento.

Será através da sua função de desenvolvimento pessoal e social dos indivíduos que analisaremos o lazer como espaço privilegiado, para a existência de um duplo processo educativo, que contribua para uma nova ordem moral e intelectual.

Educar para o lazer significa buscar, junto com a população, o espaço da cidadania, tendo em conta que o lazer se constitui num dos direitos sociais assegurados pela Constituição de 1988.

Educar pelo lazer pode e deve ser uma forma de contribuir para a compreensão da realidade, preservação, acesso e

ampliação dos bens culturais, com vistas à construção de um novo tipo de sociedade.

Para completar nosso quadro de referência teórica, julgamos importante abordar a questão do lazer a partir de um entendimento do quadro social mais amplo que é, sem dúvida, condicionante de práticas sociais mais específicas e particularizadas. Torna-se pertinente enfatizar a noção de estrutura social e sua ligação com o desenvolvimento histórico da prática do lazer. Não obstante as discussões teóricas, às vezes bastante controversas, propõe-se como conceito de estrutura social o vivência da cultura enquanto produto e processo de criação conjunto de indivíduos que habitam um determinado território, coletiva.

A ligação prende-se ao fato de entendermos que o desenvolvimento pessoal e social só será possível através da vivência da cultura enquanto produto e processo de criação coletiva.

Assim, caberá aos profissionais do lazer, através de seu trabalho, contribuir para a disseminação da cultura, a sua

vivência por camadas mais amplas da população, venha a se constituir num espaço de criação de contra-ideologias que, conjugadas com outros fatores, em especial de ordem socioeconômica, possam assegurar uma nova ordem social em que prevaleça o bem-estar social da maioria.

No que se refere à prática do lazer, ou da recreação, estudos sociológicos mostram a sua existência, em todas as sociedades historicamente conhecidas, ao lado de outras práticas sociais, tais como as econômicas, familiares, religiosas, governamentais e educacionais, demonstrando o lazer como uma necessidade social, ao tempo em que condicionado pela organização estrutural de cada formação histórica específica.

Embora as práticas sociais estejam interrelacionadas, abrangendo os diversos aspectos da vida social, historicamente as práticas econômicas, ou seja, aquelas que dizem respeito às atividades de produção, distribuição e consumo de bens, têm se

II - O QUADRO MACROESTRUTURAL (21)

Julgamos importante abordar a questão do lazer a partir do entendimento do quadro social mais amplo que é, sem dúvida, condicionante de práticas sociais mais específicas e particularizadas.

Torna-se pertinente enfatizar a noção de estrutura social e sua ligação com o desenvolvimento histórico da prática do lazer. Não obstante as discussões teóricas, às vezes bastante controversas, propõe-se como conceito de estrutura social o conjunto de indivíduos que habitam um determinado território, mais a forma como esses indivíduos se relacionam. Dentro desse entendimento dois pontos devem ser ressaltados:

- 1) os indivíduos localizam-se em grupos e não isoladamente e
- 2) a forma como os indivíduos se relacionam é algo produzido historicamente.

No que se refere à prática do lazer, ou da recreação, estudos sociológicos mostram a sua existência, em todas as sociedades historicamente conhecidas, ao lado de outras práticas sociais, tais como as econômicas, familiares, religiosas, governamentais e educacionais, demonstrando o lazer como uma necessidade social, ao tempo em que condicionado pela organização estrutural de cada formação histórica específica.

Embora as práticas sociais estejam interrelacionadas, abrangendo os diversos aspectos da vida social, historicamente as práticas econômicas, ou seja, aquelas que dizem respeito às atividades de produção, distribuição e consumo de bens, têm se

tornado determinantes, em relação às demais. Isto porque é na atividade produtora que se delinea, com maior clareza, os diversos tipos de organização social (estrutura), especialmente a partir da existência de sociedades mais complexas, cuja produção vai além da mera sobrevivência de seus membros.

Pois bem, a partir do predomínio da atividade econômica é que, também, ficam definidas as relações de poder, em que grupos distintos colocam-se em posições distintas na manipulação de interesses. Assim, desenvolvem-se as diferenças entre os grupos e, conseqüentemente, a desigualdade social.

A partir das desigualdades é que determinados grupos conseguem a imposição de seus interesses, normatizando a vida social em seu próprio benefício.

1 - A Situação Brasileira - Legislação e Estrutura Social

A Constituição Brasileira, promulgada em 1988, reza o seguinte, no Título II - Dos Direitos e Garantias Fundamentais, Capítulo II - Dos Direitos Sociais, Art. 6º: "são direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição".

Também no Título VIII, Capítulo VII, Art. 227: "É um dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e

comunitária além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão."

Se por um lado, legalmente, esses direitos fundamentais estão garantidos, por outro, a sua consecução encontra-se de fato, distante da realidade. Isto se explica ao examinarmos as condições de vida da população.

Alguns dados, apresentados por Jaguaribe (22), são importantes na caracterização da sociedade brasileira: a PNAD, 1985, indica que cerca de 35% das famílias vivem em situação de pobreza (com renda familiar per capita de até 1/2 salário mínimo), sendo que na faixa de miséria (até 1/4 do salário mínimo), encontra-se quase 15% das famílias brasileiras. Em termos absolutos, isto significa dizer que mais de 11 milhões de famílias, vivem na pobreza, sendo que destas, quase 4,7 milhões vivem na mais estrita miséria. Ainda, segundo a PNAD, em 1985, o tamanho médio das famílias era de cerca de quatro pessoas. Tem-se, portanto, que mais de 53 milhões de pessoas vivem em situação de pobreza.

Ainda segundo Jaguaribe, "os dados apontam para uma conclusão óbvia: o Brasil apresenta níveis insustentáveis de destituição apesar dos ganhos relativos, na última década. A pobreza em geral e em particular mais grave a estrita miséria ainda permanece em níveis inaceitavelmente elevados" (23).

Embora existam dados mais atualizados, a situação econômica do país em nada leva a crer que tenha havido qualquer

melhoria no nível de vida da população. A propósito, lê-se no Correio Brasiliense de 10 de maio de 1992: "de acordo com pesquisas do DIEESE, no últimos 50 anos o menor valor real do salário foi registrado em março de 1990, quando os Cr\$ 147.801,19 representavam apenas 31,54 por cento do poder aquisitivo do primeiro salário mínimo do país". E mais, "técnicos do DIEESE estimam que neste ano (1992) a redução do poder aquisitivo do trabalhador brasileiro que ganha um salário mínimo deve ser maior".

Se por um lado é precária a situação da população, por outro o país encontra-se entre as dez maiores economias do mundo ocidental. O que nos leva a concluir: a) existe, ou existiu nos últimos anos, um inegável crescimento econômico ao qual não corresponde um desenvolvimento social; b) as relações sociais de produção apontam para um modelo que exclui dos seus benefícios parcela majoritária da população, caracterizando um altíssimo índice de concentração da renda. Os 50% mais pobres do país têm acesso a apenas 13,6% da renda. O 1% mais rico tem participação praticamente igual, 13,03%.

Evidentemente que se as condições de vida são precárias, as possibilidades de lazer, enquanto prática social vigente, ficam cerceadas por toda sorte de empecilhos, desde a inexistência ou fragilidade de políticas sociais na área, até a dificuldade da população em reconhecer o lazer como um direito de cidadania.

2 - Considerações para uma Política de Lazer

Tendo em vista a variada gama de fatores que dificultam a disseminação do lazer, condicionados pela situação socioeconômica vigente e a não identificação de políticas consistentes e definidas na área, por parte do Estado, ficando as possibilidades de lazer, na sua maioria, concentradas no âmbito da iniciativa privada, o que implica gastos com os quais a população trabalhadora, em especial, não pode arcar, coloca-se pertinente a tentativa de delinear caminhos ou sugestões para a prestação de serviços nesta área, através da implantação ou implementação de políticas de lazer, tanto no âmbito governamental, quanto no âmbito das instituições semi-públicas e privadas. Entendemos, também, que acreditar-se tão somente na

A implantação de políticas específicas irá, todavia, esbarrar em dificuldades que precisam ser consideradas.

A primeira delas diz respeito ao preconceito para com o lazer, advindo do pouco hábito de seu exercício e da identificação pejorativa de lazer e ócio. Torna-se, portanto, necessário esclarecer o real significado do ócio, como uma opção de ocupação do tempo livre, resgatando a noção inicial (oriunda dos gregos) de contemplação, tendo em vista uma compreensão mais ampla da vida. Para o homem grego, o ócio não significa estar ocioso no sentido de não fazer nada, mas implicava operações de natureza intelectual e espiritual que se traduziam no exercício da contemplação da verdade, do bem e da beleza, de forma não utilitária (24). As ressalvas, relativas a dificuldades para a

Outra dificuldade refere-se à resistência, de certos setores da intelectualidade, que vêem no lazer apenas o papel alienante, ou seja, um meio pelo qual as classes dominantes exercem a sua política de "pão e circo", no intuito de assegurar a sua hegemonia. Freitag, referindo-se a políticas educacionais, e não de modo específico ao lazer, opõe-se a esta postura, quando menciona que nos países periféricos do capitalismo, as políticas sociais devem ser vistas "em seu movimento pendular entre a intenção original e básica de disciplinar as mentes, treinar a força de trabalho e reproduzir as estruturas sociais, de um lado, e a sua capacidade de dinamizar os potenciais emancipatórios implícitos na realidade social, de outro" (25).

Entendemos, também, que acreditar-se tão somente na capacidade reprodutiva da ideologia dominante, através dos mecanismos de lazer, denota a inexistência de uma perspectiva dialética, que conduz a impasse semelhante aquele com que se defrontaram inúmeros teóricos da educação, permitindo transpor para o campo do lazer as críticas dirigidas aos teóricos reprodutivistas e suas visões mecanicistas.

Na verdade, educação e lazer constituem espaço de circulação de idéias diversas, e, portanto incapazes de criar uma visão de mundo única. Nesta perspectiva, caberá aos planejadores, educadores e aos profissionais do lazer o importante papel de alavanca para o salto em direção à conscientização, à compreensão mais ampla das relações sociais e a uma visão libertadora.

Feitas as ressalvas, relativas a dificuldades para a atuação. Entretanto, faremos uma descrição sumária de um

implantação de uma política de lazer, passamos a entendê-la como um conjunto de medidas que levem em conta questões relativas às atividades, aos espaços e equipamentos, a critérios de ordenação do tempo e à formação de quadros para atuação (26).

Cada um desses itens deve ser cuidadosamente estudado e analisado, com a participação daqueles que serão os beneficiados com a existência de uma política, ou corre-se o risco de se estabelecer uma formulação teórica distanciada da realidade.

Contudo, queremos deixar claro que concordamos com Marcellino, que o processo de elaboração de uma política de lazer deve levar em conta que "a discussão passe pelo entendimento amplo do lazer, em termos de conteúdo, pela consideração do seu duplo aspecto educativo, suas possibilidades enquanto instrumento de mobilização e participação cultural, as barreiras sócio-culturais verificadas, e por outro lado, pelos limites da Administração Pública Municipal (ou no caso pela Instituição proponente do trabalho) e a necessidade de fixação de prioridades a partir da análise da situação" (27).

3- A Política de Lazer no SESI

Sendo o objetivo primordial deste trabalho, discutir o lazer enquanto área de intervenção profissional e mais especificamente a atuação do profissional de lazer, deixaremos de analisar, neste momento, cada um dos itens mencionados anteriormente, à exceção da formação de quadros para a atuação. Entretanto, faremos uma descrição sumariada de um

processo concreto de formulação de uma política de lazer, processo levado a cabo pelo Serviço Social da Indústria - SESI, quando tivemos oportunidade de participar da equipe coordenadora do trabalho.

"O Serviço Social da Indústria (SESI), criado pela Confederação Nacional da Indústria a 1ª de Julho de 1946, consoante o decreto-lei nº 9403, de 25 de julho do mesmo ano tem por escopo estudar, planejar e executar medidas que contribuam, diretamente, para o bem-estar social dos trabalhadores na indústria e nas atividades assemelhadas, concorrendo para a melhoria do padrão de vida no país e, bem assim, para o aperfeiçoamento moral e cívico, e o desenvolvimento do espírito de solidariedade entre as classes" (28).

Programaticamente, a Instituição concretiza seus objetivos mediante a execução de políticas setoriais nos campos da Educação, Saúde, Serviço Social, Lazer e Cooperação e Assistência.

As ações, preferencialmente preventivas e educativas, são executadas, em especial, nos setores e áreas onde a atuação do Poder Público e da comunidade sejam inexistentes ou insuficientes.

O Sistema SESI congrega, atualmente, 27 Departamentos Regionais e o Departamento Nacional, executando suas ações através de 1651 unidades fixas, 437 unidades móveis, abrangendo mais de 600 municípios no país.

Em termos gerais, o início da década de 80, no Brasil,

caracterizou-se por caminhar rumo à democratização das instituições. Este processo continuou com o advento da Nova República e culminou com instauração da Assembléia Nacional Constituinte. No decorrer do processo, alguns temas vieram à tona, tais como: bem-estar social, cidadania, organização da sociedade civil, participação, política social, passando a ser discutidos pelos segmentos mais esclarecidos e atuantes da sociedade. A bem da verdade, a maioria da população encontrava-se e encontrava-se, ainda, alijada destas discussões, em decorrência do baixo grau de desenvolvimento social, que tem sido a tônica do país nas últimas décadas. Se, de um lado, a Constituinte estabeleceu um significativo canal para a discussão política, de outro, produziram-se estudos que mostraram a difícil situação socio-econômica do país, tais como, "Brasil 2000: Para um novo Pacto Social", "Reforma ou Caos", coordenados pelo Prof. Hélio Jaguaribe. Tais trabalhos apontavam índices de pobreza e miséria, de analfabetismo e de saúde, ou melhor, de doença, nada animadores. Era a tentativa de redemocratização, desnudando o contraste entre o crescimento econômico e o desenvolvimento social, efeito de uma organização estrutural recheada de equívocos, no que se refere à qualidade de vida da esmagadora maioria da população. Impunha-se, pois, um esforço conjunto por parte do governo, das instituições e da população, no sentido de buscar

alternativas que viabilizassem o país. É nesta configuração mais ampla que se insere o processo de modernização do SESI, sistematizado a partir de 1984, com a elaboração dos Diagnósticos de Situação dos Campos da Saúde e Educação, concretizados em suas Políticas e Diretrizes de Ação em 1986. As ações de Saúde apoiam-se no eixo de prevenção e as de Educação, na universalização e democratização.

Cumprir destacar a realização, em meados de 1986, do VIII Seminário de Técnicos do SESI, cujo tema central, "Bem-estar e cidadania", apresentava-se extremamente oportuno para a época. Naquela ocasião, ratificaram-se as diretrizes para a Saúde e Educação e estabeleceu-se a perspectiva de procedimento semelhantes para os Campos do Lazer, Serviço Social, Cooperação e Assistência.

Outro ponto relevante no processo de modernização institucional, constituiu-se na implementação, em 1988 e 1989, de nova sistemática de planejamento no SESI, com ênfase no aspecto participativo e que culminou na elaboração do Plano Preliminar Nacional 90-92, onde se definiram as prioridades e estratégias de atuação para o Sistema.

O Campo do Lazer, especificamente, teve seu diagnóstico iniciado em 1988, sob a coordenação do Departamento Nacional, constituindo-se de três etapas distintas e complementares:

a) - Pesquisa de caracterização da clientela do Campo de Lazer - realizada junto aos Departamentos Regionais do Amazonas, Pernambuco, Distrito Federal, Minas Gerais e Paraná,

representativos das regiões geo-políticas brasileiras, com o objetivo de conhecer características socioeconômicas e culturais da clientela potencial e efetiva do SESI, bem como apreender suas expectativas em relação às atividades de lazer. Foram entrevistados 134 empresários, 815 industriários e 400 usuários em 22 centros de atividades. Na análise dos dados destacaram-se as seguintes conclusões, críticas e sugestões:

- . o lazer ocupa o 7º lugar nos gastos do trabalhador;
- . a casa é o principal local de lazer, evidenciando-se a contradição entre o que se faz e o que se gostaria de fazer;
- . é incipiente a atuação do SESI na empresa; segundo o empresário, 6,1% das atividades são desenvolvidas pelo SESI e segundo o trabalhador, apenas 3,8%;
- . a atuação do SESI predomina nas grandes empresas;
- . é ainda limitada a participação do industriário nas atividades realizadas nos Centros de Atividades - CAT (23,4%);
- . no CAT, a maior participação é feminina e da categoria dependente;
- . a principal crítica dos trabalhadores e empresários refere-se à divulgação;
- . a principal sugestão dos empresários: a ampliação dos equipamentos em locais de fácil acesso;
- . principais sugestões dos industriários:

na empresa - construção/ampliação das atividades esportivas; incremento de intercâmbio entre os DRA; de. no SESI - aumento da divulgação. lazer na Instituição e implantação de banco de dados.

b) - Levantamento de dados do Campo de Lazer - realizado junto a todos os Departamentos Regionais, teve como objetivo coletar informações relativas a equipamentos e instalações, recursos humanos, programação, planejamento, coordenação, acompanhamento e avaliação, bem como a opinião dos técnicos quanto a questões de caráter qualitativo. Neste levantamento, apresentam relevância os seguintes dados:

- instalações e equipamentos: falta de adequação em termos temporais e espaciais;
- recursos humanos: insuficientes, especialmente no setor artístico - formação inadequada;
- programação: deixa a desejar no que se refere à diversificação de atividades, cobertura, atendimento às diversas categorias de usuários;
- planejamento: dificuldades quanto a planejamento especializado, apresentando a seguinte contradição: dizem contar com a participação da clientela, entretanto, indicam a execução de poucos estudos e limitados instrumentos de participação;
- concepção teórica do lazer, visto nos Departamentos Regionais, apresentava-se, à época do levantamento, bastante diversificada;
- técnicos-operacionais, definidas na Política, e utilização limitada de recursos e equipamentos comunitários.

Ao todo foram organizados 12 módulos, cuja

metodo. foram apontadas, ainda, no Levantamento de Dados, as seguintes sugestões: incremento de intercâmbio entre os DRs; definição de uma política de lazer na Instituição e implantação de banco de dados nacionais.

Feita a sumarização de um processo de elaboração de política e, ainda dentro deste tema, passaremos a caracterizar o c) - Reuniões Técnicas Regionais e Nacional - realizadas com a participação de representantes de todo o Sistema SESI, que os autores mencionados denominam de formação de quadros para tiveram como objetivo, a partir dos dados coletados (pesquisa, atuação, a partir de modelo teórico apresentado por Dumazedier, levantamento e diagnósticos regionais), definir a Política e Diretrizes de Ação do Campo. É importante enfatizar que o conteúdo do documento de Política e Diretrizes foi produto de lazer necessita-se de um corpo de profissionais que ele direto do processo de diagnóstico e, mais especificamente, denomina de animadores. "A justificativa profunda dos animadores resultado coletivamente encontrado na busca da superação dos esta na natureza das atividades voluntárias, suscitadas pela entraves detectados, refletindo no seu bojo, as configurações produção do lazer numa sociedade e por uma promoção dos valores macro-estruturais e conjunturais do país e do SESI, em do lazer numa sociedade. Sociologicamente, seu papel maior é o particular. (Documento em anexo).

Após a elaboração da política de lazer, cumpre destacar cultural, em um tempo em que há tantos fatores que se opõem que o primeiro passo para a sua implantação foi a elaboração de isto" (30). um Programa Nacional de Treinamento e Reciclagem dos Dumazedier sugere que, tendo em vista as Profissionais de Lazer na Instituição, realizado em duas etapas: características das atividades de lazer, torna-se necessário a a primeira, teve como objetivo a formação de monitores (no caso, criação não só de animadores profissionais, mas de uma estrutura os responsáveis pela área de lazer nos DRs) e a segunda o repasse de animação, composta por profissionais, semi-profissionais e para todos os profissionais da área, no âmbito da Instituição. animadores voluntários. Os profissionais são aqueles indivíduos

O conteúdo do Treinamento foi selecionado a partir das com competência mais geral e que possam lidar com as questões do diretrizes técnico-operacionais, definidas na Política, e organizado em forma modular, de modo a adaptar-se às diferentes realidades regionais. Ao todo foram organizados 12 módulos, cuja

lazer dentro de uma perspectiva global. São os profissionais de metodologia seguiu basicamente o mesmo roteiro: exposição de um especialista (as palestras foram gravadas em vídeo para utilização na segunda etapa), debates, leituras complementares e apresentação de propostas operacionais. *seriam aqueles indivíduos*

Feita a sumarização de um processo de elaboração de política e, ainda dentro deste tema, passaremos a caracterizar o que os autores mencionados denominam de formação de quadros para a atuação, a partir de modelo teórico apresentado por Dumazedier, quando fala em Política de Animação Cultural (29). *se estará mais centrada*

Segundo o autor, para a implementação de uma política de lazer necessita-se de um corpo de profissionais que ele denomina de animadores. "A justificativa profunda dos animadores está na natureza das atividades voluntárias, suscitadas pela produção do lazer numa sociedade e por uma promoção dos valores do lazer numa sociedade. Sociologicamente, seu papel maior é o de suscitar iniciativas, responsabilidade social, criatividade cultural, em um tempo em que há tantos fatores que se opõem a isto" (30). *na atuação do profissional.*

Dumazedier, sugere que, tendo em vista as características das atividades de lazer, torna-se necessário a criação não só de animadores profissionais, mas de uma estrutura de animação, composta por profissionais, semi-profissionais e animadores voluntários. Os profissionais são aqueles indivíduos com competência mais geral e que possam lidar com as questões do

lazer dentro de uma perspectiva global. São os profissionais de carreira. Os semi-profissionais, seriam aqueles indivíduos com habilidades específicas que possam atender aos diversos conteúdos culturais do lazer, tais como os artistas, os atletas etc. Finalmente, os animadores voluntários seriam aqueles indivíduos intrinsecamente ligados ao processo de urbanização e que completariam a estrutura de animação cultural, a partir da influência que exercem no meio em que vivem, tendo como seus desdobramentos, tais como a nova organização do trabalho e o aparecimento de um setor de serviços, aliado a uma nova desenvolvimento pessoal frente às atividades de lazer.

No decorrer deste trabalho, nossa análise estará mais centrada nos profissionais de competência geral, tendo em vista o tipo de sua atuação, normalmente, voltada para o planejamento, a coordenação e a articulação das atividades de lazer, desenvolvidas no âmbito de instituições dedicadas à prestação de serviços dessa natureza.

É importante lembrar que as instituições dedicadas à prestação de serviços de lazer, sejam públicas ou privadas, possuem seus objetivos e regulamentos que, necessariamente, interferem na atuação do profissional.

Por último, cabe ressaltar que grande parte das observações a serem feitas sobre a atuação do profissional de competência geral são válidas para o profissional de competência específica e para os animadores voluntários.

III - O LAZER COMO ÁREA DE INTERVENÇÃO PROFISSIONAL

O Lazer, no seu moderno entendimento, relacionado a experiências e atitudes vivenciadas no tempo livre, é um fenômeno intrinsecamente ligado ao processo de urbanização e industrialização das sociedades. O desenvolvimento da indústria e seus desdobramentos, tais como a nova organização do trabalho e o aparecimento de um setor de serviços, aliado a uma nova organização do espaço, irá condicionar as relações sociais, dando-lhes um caráter inteiramente compartimentalizado e mudando o ritmo de vida das pessoas.

A mencionada compartimentalização e complexidade da vida social, no espaço urbano-industrial, irá, impor a especialização e a consequente diferenciação na atuação dos indivíduos. Por um lado, obriga a uma divisão e programação do tempo e, por outro, propicia o aparecimento das especializações dos recursos tanto físicos quanto humanos, para preencher os setores onde passam a se desenvolver as relações sociais. Se o lazer já não é mais um contínuo da vida global, mas uma prática social que adquire contornos específicos em termos de tempo e possibilidades, está pré-anunciado o aparecimento de agências e agentes que irão preencher este espaço da vida social. O lazer passa a ser uma prática que requer a alocação de recursos que viabilizem a sua realização. Aqui torna-se explícita a contínua relação dialética entre trabalho e lazer, ou seja, o lazer se define em relação ao trabalho, ao tempo em

que cria um novo espaço de trabalho e a consequente intervenção de profissionais.

Antes de passarmos à análise, ou a consideração sobre a atuação do profissional de lazer, gostaríamos de discutir com um pouco mais de detalhes a relação lazer x trabalho, tendo em vista suas implicações para o entendimento da questão em pauta.

1 - Lazer e Trabalho

É evidente que numa sociedade capitalista como o Brasil, o discurso que prevalece é aquele em que o trabalho é mitificado como o bem supremo da humanidade, desconhecendo-se outras dimensões da vida humana, sobretudo aquelas ligadas à vivência do "tempo livre". Alguns estudos, entretanto, invertem esta situação, fazendo o elogio do lazer, com base no progresso tecnológico como fator de liberação do tempo das obrigações profissionais.

Não se pode entender, com profundidade, nenhum fenômeno social, partindo-se de um critério de parcialidade. Conforme Marcellino, "entender o lazer, em sua especificidade, em estreita relação com as demais áreas de atuação do homem, não significa deixar de considerar os processos de alienação que ocorrem em quaisquer dessas áreas. A meu ver, esse entendimento parece ser uma postura que contribui para abrir possibilidade de alteração do quadro atual da vida social, tendo em vista a realização humana, a partir de mudanças no plano cultural" (31).

Valle afirma o seguinte: "espaço de criação de bens e

valores culturais, o lazer possui uma lógica própria que, ainda que se contrapondo à lógica da produção material da sociedade, a ela permanece intimamente relacionada. Por isso, se a compreensão do lazer não pode se dar desvinculada da realidade do trabalho que o gera, da mesma forma, aceitando-se que a lógica dominante na organização da sociedade se relacione à produção material, sua análise não pode dispensar um exame mais detido do lazer, onde parte de suas implicações encontram-se explicitadas" (32).

Enfim, queremos destacar que em nossas reflexões o lazer é encarado como uma prática social que possui a sua especificidade, suas características, mas que em nenhum momento pode ser analisado fora de suas vinculações com outras áreas da atividade humana, em especial com o trabalho, tendo em vista suas relações de mútuo condicionamento.

2 - Lazer e Educação

Sem perder de vista a especificidade do lazer, não há dúvida do potencial educativo contido nas atividades desenvolvidas no tempo livre. Por suas próprias características: espontaneidade, livre escolha e o caráter desinteressado que permeia suas ações, o lazer torna-se espaço privilegiado para aquisição de informações e conhecimentos, enfim, para a vivência da cultura, constituindo-se, portanto, em importante canal educativo para o desenvolvimento pessoal e social do indivíduo.

Nesta perspectiva, o profissional do lazer depara-se com um duplo aspecto ou responsabilidade: a educação para o lazer

e a educação pelo lazer. Em qualquer uma das vertentes, o papel do profissional será de suma importância, mesmo porque as duas têm possibilidades de desembocar no exercício da cidadania.

Aqui se instala a questão crucial da atuação do profissional em lazer, tendo em vista a função de educador. Educar é um ato essencialmente político, à medida em que significa uma tomada de decisão frente ao estabelecido. Educar para e pelo lazer não foge a esta situação; pelo contrário, estabelece novas dimensões, talvez mais profundas e complexas, por lidar com a livre escolha, a criatividade e o não dirigismo.

Se não todos, praticamente a maioria dos autores ligados ao estudo do lazer reconhecem seu duplo aspecto educativo.

Neste ponto, julgamos pertinente recorrer à análise feita por Marcellino (33), no que tange aos tipos mais comuns de abordagens relativas aos estudos do lazer.

O estudo destas abordagens torna-se importante à medida em que os conceitos e noções por elas difundidas irão condicionar a atuação dos profissionais.

Entre as várias abordagens destacam-se aquelas denominadas de "românticas", "compensatórias", "moralistas" e "utilitarista", todas tendo como linha mestra uma noção funcionalista do lazer, onde prevalece uma visão conservadora.

A abordagem romântica é aquela marcada pela ênfase nos valores tradicionais; a moralista, em que o lazer é visto como uma forma de manutenção dos valores vigentes; a compensatória

que entende o lazer como tendo uma função de compensar a insatisfação e a alienação do trabalho; a utilitarista, onde o lazer se destina à recuperação da força de trabalho e aumento da produtividade. nossa universalidade.

Ainda conforme Marcellino, à visão funcionalista do lazer contrapõe-se "aquela que o entende como um fenômeno gerado historicamente e do qual emergem valores questionadores da sociedade como um todo, e sobre o qual são exercidas influências da estrutura social vigente. Assim, a admissão da importância do lazer na vida moderna significa considerá-lo como um tempo privilegiado para a vivência de valores que contribuam para mudanças de ordem moral e cultural. Mudanças necessárias para a implantação de uma nova ordem social" (34). cair no empirismo.

Assim, o trabalho de educar para o lazer e educar pelo lazer deverá ser analisado a partir de sua vinculação com as diferentes abordagens do fenômeno: de forma conservadora, buscando perpetuar as estruturas sociais vigentes, ou procurando estabelecer canais de participação que visem as mudanças.

3 - A Atuação do Profissional

- JORGE ROUX -

A Educação, como a Filosofia, é herdeira do seu passado, mas sua inquietação pré-figura novos tempos. Ela é passada porque sabe que a grande massa de recursos e aptidões, de instituições e hábitos de convivência social e a própria vida política e educacional são o resultado das reflexões, da inventiva, das necessidades, do sofrimento e da felicidade, do engenho, da vontade e da criação da história anterior ao nosso

tempo; "O que hoje somos na ciência", diz Hegel, " na Filosofia e na Educação nós o devemos à tradição, a qual, como uma cadeia sagrada, faz chegar a nós o que de melhor as gerações anteriores criaram." É a nossa universalidade.

E se a Filosofia é história e projeto, também a Educação é necessário oscilar entre o que foi e o que será. O passado é todo o inventário da criação, da angústia e das esperanças daqueles que nos precederam. Quanto ao futuro, somos nós os seus depositários. E isso deve nos alertar, porque reproduzir servilmente o passado é negar a história e fazer injustiça ao trabalho e às vicissitudes dos que vieram antes de nós; negar, porém, aquilo que fomos é soçobrar no polo oposto, é recomeçar do zero, reinventar a roda e cair no empirismo. Esquecermo-nos de nossa história é nos reduzirmos aos delírios da consciência ingênua, regredirmos ao automatismo cego dos animais ou à magia e ao fatalismo tribal, pais de todas as ditaduras; é abrir mão da universalidade cultural, especificamente humana, construída em milênios de esforço civilizatório (35).

- JORGE ROUX -

Conforme a perspectiva Gramsciana, é ao nível da superestrutura. Independentemente da denominação que se dê, ou seja, líder recreacional, animador cultural, aconselhador e outros, o profissional de lazer é aquele que atua na organização de atividades que resultam em lazer para outros. A bem da verdade, o termo organização não esgota o que venha a ser o profissional. Entretanto, não se trata aqui de elaborar um rol de funções a

serem planejadas e/ou executadas, mas de encarar o profissional de lazer como aquele indivíduo que atua num espaço social definido historicamente, por sua contraposição ao trabalho. Isto porque o lazer, como foi mencionado anteriormente, enquanto espaço de intervenção profissional, é um produto típico das "sociedades modernas" cuja complexidade leva à compartimentalização da vida social, imposta, especialmente, pela organização do trabalho.

Se a organização do trabalho dá a tônica das relações sociais, ou seja, impõe um tipo de estruturação da sociedade que, especialmente nos países capitalistas subdesenvolvidos, se caracteriza por relações exacerbadas de dominação e subordinação, de exclusão de parcela majoritária da população dos meios básicos de sobrevivência e, em especial dos bens culturais, a atuação do profissional de lazer torna-se de fundamental importância. É através de sua atuação que o lazer, além de suas funções de descanso e divertimento, poderá contribuir para o desenvolvimento pessoal e social, à medida em que propiciar o acesso, a apropriação e a transformação da cultura. (infraestrutura) e a

Conforme a perspectiva Gramsciana, é ao nível da superestrutura e mais especificamente da sociedade civil que se dá a função de hegemonia que o grupo dominante exerce em toda a sociedade. Para Gramsci, a hegemonia de uma classe política significava que esta havia conseguido persuadir as demais classes sociais a aceitar seus valores morais, políticos e culturais. Este trabalho de persuasão é feito pelos intelectuais que

disseminam a concepção de mundo da classe dirigente a todas as camadas sociais.

É preciso ressaltar que a importância dada por Gramsci ao papel da superestrutura na configuração de uma nova ordem social, não está desvinculada de reformas ao nível da infraestrutura, ou seja, das forças produtivas e das relações de produção. Entretanto, sua visão permite pensar dialeticamente, as relações que historicamente se estabelecem entre a organização da produção e a sua legitimação ideológica, fugindo da visão mecanicista em que tudo decorre diretamente do econômico.

Dentro deste quadro é que entendemos que o Lazer, enquanto fenômeno que se expressa ao nível da sociedade civil, possa se constituir num espaço de circulação de contra-ideologias, em que o profissional de lazer atue como um educador/intelectual, buscando construir uma visão unitária de um novo tipo de sociedade. É no seu papel de educador que o profissional irá lidar com as questões da cultura, sem perder de vista a estreita e complexa relação de mútuo condicionamento entre as forças e relações de produção (infraestrutura) e a atividade do homem vinculada à construção de significados que dão sentido à sua existência (cultura/superestrutura).

Sem pretender estabelecer fórmulas ou receitas, mas muito mais no sentido de entender a questão, passaremos a mencionar alguns aspectos que julgamos relevantes para situar a atuação do profissional do lazer.

No que se refere à formação acadêmica, a maioria dos

profissionais que atuam na área de lazer é proveniente dos cursos de educação física e mais recentemente dos cursos de turismo, com pouca ou quase nenhuma formação específica para compreensão do fenômeno lazer, e em especial sua interrelação com outras práticas sociais, desvinculando-se, portanto, de uma perspectiva estrutural (36).

De forma sumária, isto se explica pelo fato de serem recentes as sistematizações dos estudos no campo do lazer no Brasil e, principalmente, pelo tipo de organização social do país que privilegia o discurso sobre o trabalho, justificando as relações de dominação predominantes na esfera da produção. É importante ressaltar que a ausência de uma perspectiva crítica frente às questões da sociedade não é privilégio dos profissionais da educação física e do turismo, mas um lugar comum na formação dos brasileiros em geral, em total consonância com a lógica da organização da sociedade brasileira.

Torna-se, portanto, de extrema urgência a formação de profissionais com uma visão mais ampliada do significado do lazer e de suas possibilidades, tanto através de uma reformulação curricular dos cursos que tradicionalmente fornecem profissionais para a área, quanto da criação de cursos específicos.

Algumas questões, entretanto, transcendem a formação acadêmica, sendo fundamentais na atuação profissional.

Uma delas é o comprometimento político que o profissional precisa ter. Ou se coloca como um agente manipulador cooptado pelo bloco hegemônico ou como um intelectual orgânico

que atua na construção de uma nova ordem cultural, que será fundamental para a mudança; mudança esta que propicie a vivência de novos modos de fazer, ser, interagir e representar, definindo novas formas para o desenvolvimento social. A esse respeito nos diz Moacir Gadotti "a educação sempre foi política... O que precisamos é ter clareza do projeto político que ela defende, politizando-a". E mais, "antes de pensarmos em formas profissionais do ensino (e do lazer) é preciso que saibamos que modelos sociais iremos transmitir, que conteúdos estamos veiculando, que classe estamos defendendo, de que ponto de vista estamos pensando a educação: do ponto de vista do povo ou do sistema?" (37).

A formação de um projeto político passa necessariamente pela organização do profissional de lazer enquanto categoria de trabalhador. Sua ligação através de associações, sindicatos e partidos políticos, pode facilitar a sua identidade e contribuir para que se discuta os rumos de sua atuação. Deve-se lembrar, também, que a organização dos profissionais serve como um eficiente mecanismo de pressão para que sejam elaboradas políticas de lazer, tanto em nível mais amplo quanto setoriais, na busca da superação das barreiras para a prática do lazer.

Deve-se ter em conta que a elaboração de políticas constitui-se num processo de discussão e participação que identifiquem as necessidades da população, com vistas a seu acesso aos bens culturais.

Nunca é demais lembrar que são inúmeras as barreiras

para a prática do lazer e que este se constitui num canal privilegiado para a vivência da cultura.

Entre as barreiras inclui-se o fator econômico, que condiciona as possibilidades de acesso ao lazer, assim como à saúde, à educação e outros. Aliado às condições econômicas, outros fatores impedem a participação nas atividades de lazer, tais como o sexo, a faixa etária e a própria educação para o lazer. As mulheres são bastante desfavorecidas, tendo em vista sua rotina doméstica e, em grande número, a dupla jornada de trabalho; as crianças e os idosos pela ausência de programações e equipamentos destinados ao seu lazer.

Todos esses fatores impeditivos de uma maior participação no lazer podem ser minorados pela elaboração e execução de políticas, as quais, por sua vez, dependem da intervenção de profissionais habilitados.

A intervenção profissional nos remete a outras questões que julgamos pertinente serem mencionadas, ou seja, a formação de especialistas, a interdisciplinariedade e a participação.

Quando anteriormente falamos da formação profissional, fizemos menção à necessidade de que sejam formados quadros específicos para a atuação no lazer. Deve-se contudo levar em conta os riscos que surgem com a existência dos especialistas. Conforme Marcellino, "entre os problemas mais sérios na atuação de especialistas em lazer está a possibilidade de direcionamento de programação os chamados "pacotes de lazer", sua ação como censor e a tendência à valorização de suas preferências" (38). Ou

ainda de acordo com Heloisa Bruhns, "o agente acredita possuir uma verdade que deve ser transmitida para o grupo social envolvido e desta forma definir os interesses deste último" (39).

Torna-se portanto, necessário pensar a intervenção do especialista, a partir de uma perspectiva de não-dirigismo, ou corre-se o risco de que as atividades de lazer percam a suas características de espontaneidade e criatividade.

Tecnicamente, uma das formas de eliminar ou diminuir os riscos da especiliação é a tomada de consciência, por parte do profissional, de que ao trabalhar com o lazer ele está lidando com a vivência da cultura, um tema bastante amplo que requer a competência de outros profissionais. Nesse sentido, coloca-se a importância de um trabalho interdisciplinar, em que através de um intercâmbio de experiências e a contribuição de "saberes" de diversas áreas, o lazer possa se constituir numa efetiva participação cultural. É preciso lembrar que o lazer comporta conteúdos culturais muito diversificados e que nenhum profissional está habilitado a lidar com todos eles com a mesma competência.

Se a interdisciplinariedade pode e deve contribuir para um trabalho mais efetivo no campo do lazer, efetivo enquanto processo educativo na busca de transformação de valores, e alcance de maior bem-estar social, impõe-se de imediato a questão da participação das partes envolvidas.

Embora profundamente desgastada por seu uso indiscriminado para atender a interesses pseudo-democratas (40),

a participação é no nosso entender, uma das formas de fazer com que a prática do lazer saia de um patamar conformista para uma perspectiva crítica e criativa.

É preciso, antes de tudo, que a participação seja uma conquista e não uma outorga. Conforme Pedro Demo, do ponto de vista de quem comanda a participação será tendencialmente entendida como diminuição do poder e, por isto, não desejada. E mais, não se chega ao lado dos comandantes através da dádiva, mas da conquista. Por esta razão, a promoção social somente se efetua quando é assumida pela interessado como projeto próprio, ou seja, quando evoluir para autopromoção. (41)

No caso do lazer, a participação efetiva só será possível quanto houver identificação de interesses entre a população e as instituições promotoras. Ou seja, quanto as atividades propostas estiverem ligadas à vivência cultural da comunidade envolvida e quando se deflagrar um processo contínuo de educação para o lazer. Concordamos com Cardoso, a respeito do fato de que "o primeiro passo para que se possa realmente fazer algo mais sólido na direção da participação é aumentar o grau de informação" (42).

Trata-se, em suma, de encontrar o equilíbrio necessário entre o saber técnico e a demanda da população, buscando as alternativas que possibilitem, de fato, da participação, calcada na informação dos sujeitos envolvidos.

Não há dúvida quanto à importância dos meios de comunicação na formação da opinião pública, no condicionamento

das atitudes, enfim, como agentes formadores da cultura, funcionando como um dos mais eficientes aparelhos ideológicos do Estado, ou seja, disseminando a concepção de mundo das classes dominantes, e, desta forma, garantindo a sua hegemonia. Dentro de nossa perspectiva de análise, é importante salientar que "Gramsci situa-se, no materialismo histórico, como o grande responsável pelo resgate, do plano cultural, ou seja, pela percepção de que o componente de persuasão - no sentido de impor os valores culturais e morais da classe dominante - desempenha papel importante na sua hegemonia" (43). E mais, "esse resgate do plano cultural é que confere especial importância, no pensamento gramsciano, ao papel a ser desempenhado pelos intelectuais na sua ligação com o povo, tendo em vista a reforma intelectual e moral necessária para o estabelecimento de sua hegemonia enquanto classe" (44).

Pois bem, se o lazer se constitui num canal privilegiado para a vivência da cultura, e esta cultura encontra-se marcadamente condicionada pela indústria cultural, o ponto nevrálgico da atuação do profissional de lazer deverá ser a elaboração da contra-informação, ou seja, trabalhar no sentido de combater o papel alienante que os meios de comunicação de massa desempenha junto à população.

Não se trata, contudo, de ignorar a importância da indústria cultural enquanto possibilidade de lazer, mas de educar para e pelo lazer, buscando estabelecer uma postura crítica frente ao que está sendo veiculado.

Na verdade, cabe ao profissional da área, numa postura de educador/intelectual orgânico, entender o lazer para além de suas possibilidades de descanso e divertimento, como um canal de desenvolvimento pessoal e social, onde o resgate dos valores culturais populares seja um elemento de resistência aos mecanismos de dominação, impostos pela indústria cultural. Nesse sentido, torna-se imprescindível o incentivo à prática de atividades ligadas à cultura popular, bem como uma crítica contínua aos valores veiculados pelos meios de comunicação, enquanto forma de controle social. Um novo e importantíssimo elemento começa a aparecer, que são as agências e os respectivos oficiais ou alternativos, para a elaboração da contra-informação, entendida como "a prática de comunicação e de militância política que resistem à ordem hegemônica vigente e lutam pela instalação de uma nova hegemonia" (45).

Entretanto, é importante que esta análise não se descuide da perspectiva dialética da questão, sob pena de captar apenas um dos ângulos possíveis, ou seja, o da alienação.

As colocações teóricas de Gramsci, embora não específicas quanto ao lazer, permitem pensar a sua prática dentro desta perspectiva dialética, à medida que pode contribuir para as transformações sociais, estabelecendo novos valores morais e intelectuais que se oponham aos valores hegemônicos num determinado momento histórico.

Isto se torna possível quando o profissional de lazer, através de um contínuo processo de educação para e pelo lazer,

coloca-se como um intelectual - CONCLUSÃO - da classe subalterna,

elaborando através da contra-ideologia a unidade e consciência desta classe e buscando estabelecer uma nova hegemonia.

A complexificação das sociedades fez com que o lazer se transformasse ao longo do tempo, tornando-se, em grande parte, Sob esta ótica, a atuação do profissional deve ser institucionalizado e aliado do contínuum da vida dos indivíduos. vista como um instrumento que tanto pode auxiliar a manter a As consequências são claras: a possibilidade do lazer fica na situação vigente (aproximando-se da atuação do "intelectual estrita dependência das condições socioeconômicas, o que no caso tradicional"), quanto contribuir para as mudanças sociais, a do Brasil constitui um problema para a maioria da população. depender da sua formação, do tipo de intervenção e,

Além disso, o lazer passa, também, a ser utilizado especialmente, da sua opção ideológica ("intelectual orgânico"). enquanto forma de controle social. Um novo e importantíssimo. Todavia, é nosso entendimento que não existe, elemento começa a aparecer, que são as agências e os respectivos felizmente, receita de profissional, tendo em vista a liberdade agentes de lazer.

Assim, a análise do lazer enquanto área de intervenção individual das pessoas; contudo, o comprometimento político, o entendimento do lazer como um direito de cidadania e componente profissional e a atuação deste profissional deve, essencial do bem-estar social, aliado à compreensão de suas necessariamente, ser feita dentro do quadro acima descrito. características intrínsecas, pode e deve ser o referencial que Entretanto, é importante que esta análise não se descuide da irá nortear a atuação profissional nesta área. perspectiva dialética da questão, sob pena de captar apenas um Finalmente, gostaríamos de enfatizar que educar para o dos ângulos possíveis, ou seja, o da alienação. lazer, educar pelo lazer, construir um novo tipo de sociedade, só

tem sentido a partir da perspectiva da busca do prazer e da específicas quanto ao lazer, permitem pensar a sua prática dentro felicidade, temas distantes da investigação acadêmica, mas, desta perspectiva dialética, à medida que pode contribuir para as indiscutivelmente, o principal objetivo a ser alcançado, transformações sociais, estabelecendo novos valores morais e intelectuais que se oponham aos valores hegemônicos num determinado momento histórico.

Isto se torna possível quando o profissional de lazer, através de um contínuo processo de educação para e pelo lazer,

coloca-se como um intelectual orgânico da classe subalterna, elaborando através da contra-ideologia a unidade e consciência desta classe e buscando estabelecer uma nova hegemonia.

Sob esta ótica, a atuação do profissional deve ser vista como um instrumento que tanto pode auxiliar a manter a situação vigente (aproximando-se da atuação do "intelectual tradicional"), quanto contribuir para as mudanças sociais, a depender da sua formação, do tipo de intervenção e, especialmente, da sua opção ideológica ("intelectual orgânico").

Todavia, é nosso entendimento que não existe, felizmente, receita de profissional, tendo em vista a liberdade individual das pessoas; contudo, o comprometimento político, o entendimento do lazer como um direito de cidadania e componente essencial do bem-estar social, aliado à compreensão de suas características intrínsecas, pode e deve ser o referencial que irá nortear a atuação profissional nesta área.

Finalmente, gostaríamos de enfatizar que educar para o lazer, educar pelo lazer, construir um novo tipo de sociedade, só tem sentido a partir da perspectiva da busca do prazer e da felicidade, temas distantes da investigação acadêmica, mas, indiscutivelmente, o principal objetivo a ser alcançado.

- 1) MACCIOCHI, Maria Antonietta. A favor de Gramsci. pg. 195
- 2) Ibid., pg. 197
- 3) PORTELLI, Hugues. Gramsci e o Bloco Histórico. pg. 15
- 4) Ibid., pg. 85
- 5) GUARESCHI, Pedrinho. Sociologia Crítica - Alternativa de Mudança. pg. 57
- 6) PORTELLI, Hugues. Obra citada, pg. 22
- 7) FREITAG, Bárbara. Escola, Estado e Sociedade. pg. 37
- 8) JOLL, James. As idéias de Gramsci. pg. 78
- 9) FREITAG, Bárbara. Obra citada, pg. 39
- 10) LARAIA, Roque L. O conceito antropológico de cultura. pg. 3
- 11) SANTOS, José Luis dos. O que é cultura. pg. 31
- 12) BERLINCK, Manoel T. O Centro Popular de Cultura da UNE. pg. 43
- 13) COULSON, Margaret, RIDDELL, David S. Introdução Crítica à Sociologia. pg. 63
- 14) MACEDO, Carmem Cinira. In Valle, E. (org.). A cultura do povo. pg. 35
- 15) Idem.
- 16) MARCELLINO, Nelson C. Pedagogia da Animação. pg. 28
- 17) A noção de lazer aqui utilizada está inteiramente baseada nas formulações teóricas de Joffre Dumazedier, embora sem nos limitarmos ao conceito por ele formulado.
- 18) CAMARGO, Luiz Octavio Lima. O que é Lazer, pag. 10 e 11
- 19) DUMAZEDIER, Joffre. Lazer e Cultura Popular, pg. 32 e 33.

- 21) Conforme texto produzido pela equipe do Serviço de Lazer - DITEC - Departamento Nacional do SESI - 1990 "A questão social do Esporte e Lazer na Empresa".
- 1) MACCIOCHI, Maria Antonietta. A favor de Gramsci. pg. 195
- 2) Ibid., pg. 197
- 3) PORTELLI, Hugues. Gramsci e o Bloco Histórico. pg. 15
- 22) JAGUARIBE, Hélio e outros: Brasil - Reforma ou Caos, passim
- 4) Ibid., pg. 85
- 23) Ibid., pg. 75
- 5) GUARESCHI, Pedrinho. Sociologia Crítica - Alternativa de Mudança. pg. 57
- 24) Marcellino trata da questão no livro Lazer e Educação. pg.32
- 25) FREITAG, Bárbara. Política educacional e indústria cultural. pg. 33
- 6) PORTELLI, Hugues. Obra citada, pg. 22
- 7) FREITAG, Bárbara. Escola, Estado e Sociedade. pg. 37
- 26) REQUIXA, Renato. Sugestão de Diretrizes para uma Política Nacional de Lazer - passim, Luiz Octavio Lima Camargo.
- 8) JOLL, James. As idéias de Gramsci. pg. 78
- 9) FREITAG, Bárbara. Obra citada, pg. 39
- 10) LARAIA, Roque L. O conceito antropológico de cultura. pg.3
- 27) MARCELLINO, Nelson Carvalho. Subsídios para uma política de Lazer - O papel da Administração Municipal. Revista Brasileira de Ciências do Esporte. pg. 206 - o parêntese e nosso.
- 11) SANTOS, José Luis dos. O que é cultura. pg. 31
- 12) BERLINCK, Manoel T. O Centro Popular de Cultura da UNE. pg. 43
- 13) COULSON, Margaret, RIDDELL, David S. Introdução Crítica à Sociologia. pg.63
- 28) Serviço Social da Indústria. Departamento Nacional. Regulamento. pg. 9.
- 14) MACEDO, Carmem Cinira. In Valle, E. (org.). A cultura do povo. pg. 35
- 29) DUMAZEDIER, Joffre. Questionamento teórico do Lazer. pg. 49
- 30) Ibid., pg. 50.
- 15) Idem.
- 31) MARCELLINO, Nelson Carvalho. O Lazer, sua especificidade e seu caráter interdisciplinar. pg. 2.
- 16) MARCELLINO, Nelson C. Pedagogia da Animação. pg. 28
- 17) A noção de lazer aqui utilizada está inteiramente baseada nas formulações teóricas de Joffre Dumazedier, embora sem (o grifo é nosso).
- 32) VALLE, Lilian A. B. do. O Lazer como resistência. pg. 48.
- 18) CAMARGO, Luiz Octavio Lima. O que é Lazer, pag. 10 e 11
- 34) Ibid., pg. 40 e 41.
- 19) DUMAZEDIER, Joffre. Lazer e Cultura Popular, pg.32 e 33.

- 20) MARCELLINO, Nelson C. Lazer e Educação. pg. 31.
- 21) Conforme texto produzido pela equipe do Serviço de Lazer - DITEC - Departamento Nacional do Sesi - 1990 "A questão social do Esporte e Lazer na Empresa".
- 22) JAGUARIBE, Hélio e outros: Brasil - Reforma ou Caos,. passim
- 23) Ibid., pg. 75
- 24) Marcellino trata da questão no livro Lazer e Educação. pg.32
- 25) FREITAG, Bárbara. Política educacional e indústria cultural.pg. 33
- 26) REQUIXA, Renato. Sugestão de Diretrizes para uma Política Nacional de Lazer - passim, Luiz Octavio Lima Camargo. Política de Lazer -Estudos do Lazer. pg. 5.
- 27) MARCELLINO, Nelson Carvalho. Subsídios para uma política de Lazer - O papel da Administração Municipal. Revista Brasileira de Ciências do Esporte. pg. 206 - o parêntese é nosso.
- 28) Serviço Social da Indústria. Departamento Nacional. Regulamento. pg. 9.
- 29) DUMAZEDIER, Joffre. Questionamento teórico do Lazer. pg. 49.
- 30) Ibid., pg. 50.
- 31) MARCELLINO, Nelson Carvalho. O Lazer, sua especificidade e seu caráter interdisciplinar. pg. 2.
- 32) VALLE, Lilian A. B. do. O Lazer como resistência. pg. 48. (o grifo é nosso).
- 33) MARCELLINO, Nelson Carvalho. Lazer e Educação. - passim
- 34) Ibid., pg. 40 e 41.

- 35) Trecho de monólogo apresentado na peça teatral "O estudante, a universidade, o sonho", levada em cena por alunos do Curso de Pedagogia da Associação de Ensino Unificado do Distrito Federal - A.E.U.D.F., em junho/92, numa clara associação entre educação e lazer.
- 36) A título de exemplo, no Serviço Social da Indústria - SESI, que possui uma das maiores redes de instalações e equipamentos voltados para as atividades de lazer, no Brasil, o número de profissionais formados em educação física é superior a 80%.
- 37) GADOTTI, Moacir. Concepção dialética da educação e educação brasileira contemporânea. *Educação e Sociedade* - nº8. pg.13. (o parêntese é nosso).
- 38) MARCELLINO, Nelson Carvalho. *Perspectivas para o Lazer: mercadoria ou sinal de utopia?*. pg. 13.
- 39) BRUHNS, Heloísa Turini. A proposta "carente" de lazer x espaço de lazer dos "carentes". *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*. V.11, nº3, pg.213.
- 40) Ao falar dos riscos da atuação dos animadores culturais, Marcellino afirma o seguinte: "Outros riscos decorrem da atuação institucionalizada dos animadores, quando eles fazem parte de órgãos públicos, empresas ou outras instituições. Nesse caso, disfarçada na idéia de participação pode estar camuflada a consecução dos objetivos não dos grupos envolvidos, mas da instituição orientadora da ação. Não são apresentadas alternativas, mas

- a participação se dá pela persuasão em atividade e projetos de interesse da instituição. Dessa forma a animação perde suas características, deixando de ser efetuada em conjunto com a população, e a participação em trabalhos voluntários na preparação e realização de atividades, não raro, passa a ser encarada como simples utilização de mão-de-obra gratuita". MARCELLINO, Nelson Carvalho. Lazer: animação e participação cultural. pg. 64.
- 41) DEMO, Pedro. Participação é conquista. Política x Técnica no Planejamento - Perspectivas Críticas. IPEA. pg. 153 a 162, 1981.
- 42) CARDOSO, Fernando Henrique. A Democracia necessária. pg. 64.
- 43) MARCELLINO, Nelson Carvalho. Gramsci e a revolução cultural. Pennsylvania, USA, 1988. Tese (doutorado) Penn State University. Pennsylvania, 1988.
- 44) Idem.
- 45) SILVA, Carlos Eduardo Lima da. Comunicação, hegemonia e contra-informação. pg. 13.
- BRUHNS, Heloisa Turini. A proposta "carente" de lazer x espaço de lazer dos "carentes". Revista Brasileira de Ciências do Esporte. V.11, n°3. Campinas: 1990.
- CAMARGO, Luiz O. L. O que é lazer. São Paulo: Brasiliense, 1976.
- CAMARGO, Luiz O. L. Política de Lazer. Estudos do Lazer. n°1 SESC, 1985.
- CARDOSO, F. H. A democracia necessária. Campinas: Papyrus, 1985.
- COULSON, Margareth A., RIDDEL, David S. Introdução crítica à sociologia. Rio de Janeiro: Zahar, 1977. 143 p.

BIBLIOGRAFIA Política x técnica no planejamento - Perspectivas

- Críticas, IPEA. (153 a 162). 1981.
- ARANTES, Antônio Augusto. O que é cultura popular. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- BACAL, Sarah S. Lazer: teoria e pesquisa. São Paulo: Loyola, 1988.
- BERLINCK, Manoel T. O Centro Popular de Cultura da UNE. Campinas: Papirus, 1974.
- BRAMANTE, Antonio C. A recreação para trabalhadores: a necessidade da formulação de um diagnóstico de interesses. In: Esporte e lazer na empresa. Brasília: MEC/SEED, 1990. 53-7
- BRAMANTE, Antonio Carlos. A identificação de um contexto para o desenvolvimento de um currículo em recreação e lazer no Brasil a nível de 3º grau: aplicação do método Delfos.
- Pennsylvania, USA, 1988. Tese (doutorado) Penn State University. Pennsylvania, 1988.
- BRASIL. Constituição, 1988. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1988. 292 p.
- BRUHNS, Heloisa Turini. A proposta "carente" de lazer x espaço de lazer dos "carentes". Revista Brasileira de Ciências do Esporte. V.11, nº3. Campinas: 1990.
- CAMARGO, Luiz O. L. O que é lazer. São Paulo: Brasiliense, 1976.
- CAMARGO, Luiz O. L. Política de Lazer. Estudos do Lazer. nº1 SESC, 1985.
- CARDOSO, F. H. A democracia necessária. Campinas: Papirus, 1985.
- COULSON, Margareth A., RIDDEL, David S. Introdução crítica à sociologia. Rio de Janeiro: Zahar, 1977. 143 p.

- DEMO, Pedro. **Política x técnica no planejamento - Perspectivas Críticas**, IPEA. (153 a 162). 1981.
- DUMAZEDIER, Joffre. **Valores e Conteúdos Culturais do Lazer**. São Paulo: SESC, 1980. *research, Alexandria: 16 (1)*.
- . **Sociologia empírica do lazer**. Tradução por Silva Mozza e J. Quinsburg. São Paulo: Editora Perspectiva, 1979. 1v.
- . **A teoria sociológica da decisão**. São Paulo: Biblioteca Científica - SESC, 1980. 1v. 1982.
- . **Lazer e Cultura Popular**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1973. *ro: Graal, 1978*.
- . **Questionamento teórico do lazer**. Porto Alegre: CELAR. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 1975.
- FARREL, Patrícia, LUNDEGREN, Herberta M. **The process of recreation programing**. 2.ed. New York: John Wiley & Sons, 1983. 1v. *As idéias de Gramsci. São Paulo: Cultrix, 1977*.
- FREITAG, Bárbara. **Escola, Estado e Sociedade**. São Paulo: Editora Moraes, 1980. *ie Antropológica nº 26. 1983*.
- . **Política educacional e indústria cultural**. São Paulo: Cortez, 1987. *ers. New York: Sanders College Publishing, 1985*.
- FRIEDMANN, Georges, NAVILLE, Pierre. **Tratado de sociologia do trabalho**. São Paulo: Cultrix, 1973. 2v. *spinas: Papyrus, 1987*.
- GADOTTI, Moacir. **Concepção dialética da educação e educação brasileira contemporânea**. **Educação e Sociedade**, v.8, Cortez, 1981. *io Popular, 5 de fevereiro de 1988*.
- GAELZER, Lênea. **Lazer, recreação e trabalho**. Porto Alegre: UFRS, 1978. v.8. nº 27.

- . Lazer: bênção ou maldição? Porto Alegre: Sulina/UFRS, 1979.
- GODBEY, Geoffrey. Nonuse of Public Leisure Services: A model. *Journal of leisure research*, Alexandria: 16 (1).
- GOODE, William J., HATT, Paul K. Métodos da pesquisa social. 3.ed.1984. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1v.
- GRAMSCI, Antônio. Os intelectuais e a Organização da Cultura. Rio de Janeiro: Civ. Brasileira, 1982.
- GRUPPI, Luciano. O conceito de hegemonia em Gramsci. 2.ed. Rio de Janeiro: Graal, 1978.
- GUARESCHI, Pedrinho A. Sociologia Crítica - Alternativas de Mudança. Porto Alegre: Edições Mundo Jovem. 1989. 20ª ed.
- JAGUARIBE, Helio et al. Brasil: reforma ou caos. 3.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989, 308 p.
- JOLL, James. As idéias de Gramsci. São Paulo: Cultrix, 1977.
- LARAIA, Roque de Barros. O conceito antropológico de cultura. Brasília: Série Antropológica nº 26. 1983.
- LUNDEGREN, Herberta, FERREL, Patrícia. Evaluation for leisure service managers. New York: Sanders College Publishing, 1985. 1v.
- MARCELLINO, Nelson C. Lazer e educação. Campinas: Papyrus, 1987.
- . Pedagogia da Animação. Campinas: Papyrus, 1990.
- . Especialistas e Riscos. Lazer & Turismo. Campinas: Correio Popular, 5 de fevereiro de 1988.
- . Gramsci e a revolução cultural. Reflexão. Campinas: PUCC, v.8. nº 27.

- s. O lazer, suas especificidade e seu caráter
interdisciplinar, Campinas: mimeo, 1992. Nacional. A pesquisa
- 1 Subsídios para uma Política de Lazer - o papel da
Administração Municipal. Revista Brasileira de Ciências do
Esporte. V.11, nº 3 Campinas, 1990.-92. Rio de Janeiro: 1989.
- Perspectivas para o lazer: mercadoria ou sinal de
utopia. Campinas: mimeo 1992. Ação do SESI no Campo do Lazer.
- Lazer: animação e participação cultural. Campinas:
SEVE COMUNICARTE, PUCCAMP. nº 8. Metodologia do Trabalho Científico.
- MACCIOCHI, Maria Antonietta. A favor de Gramsci. 2.ed. Rio de
Janeiro: Paz e Terra, 1980.. Comunicação, hegemonia e contra-
- MEC/SEED. Esporte e Lazer na Empresa. Brasília, 1990..
- MILLS, C. Wright. A nova classe média (White Collar). Rio de
Janeiro: Zahar, 1969.
- PARKER, Stanley. A sociologia do lazer.. Rio de Janeiro: Zahar,
1985. neiro. 12(4), 1988.
- PORTELLI, Hugues. Gramsci e o Bloco Histórico. Rio de Janeiro:
Paz e Terra, 1983.
- REQUIXA, Renato. Sugestões e diretrizes para uma política de
lazer. São Paulo: SESC, 1980, 1v.
- Revista Tiempo Libre.. American University of Puerto Rico, 3(1),
1989.
- SANTOS, José Luiz. O que é cultura. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- SAVIANI, Demerval. Educação: do senso comum à consciência
filosófica. São Paulo: Cortez, 1980.
- SELLTIZ, Jahoda, COOK, Deustsch. Métodos de pesquisa nas relações

- sociais. São Paulo: Herder, 1971. lv.
- SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA. Departamento Nacional. A pesquisa social e o SESI. Brasília, 1988, 53p. (Caderno Técnico, 17).
- . Regulamento. Rio de Janeiro: 1988. lv.
- . Plano Preliminar Nacional 90-92. Rio de Janeiro: 1989. 54p.
- . Política e Diretrizes de Ação do SESI no Campo do Lazer. Departamento Nacional. Brasília, 1990.
- SEVERINO, Antônio Joaquim. Metodologia do Trabalho Científico. 17. ed. São Paulo: Cortez, 1991.
- SILVA, Carlos Eduardo Luis da. Comunicação, hegemonia e contra-informação (Org). São Paulo: Cortez/INTERCOM, 1982.
- VALLE, Edênio e Queiroz, José (orgs). A Cultura do Povo. São Paulo: EDUC, 1982.
- VALLE, Lilian A. B. do. O lazer como resistência. Forum educ. Rio de Janeiro. 12(4), 1988.

ANEXO

**POLÍTICA E DIRETRIZES DE AÇÃO
DO SESI NO CAMPO DO LAZER**

ANEXO

HOMOLOGADO PELO PLENÁRIO DA 113a.

REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DO SESI,

REALIZADA EM 29.11.90.

APRESENTAÇÃO

A Política e Diretrizes de Ação no Campo do Lazer, definida com a participação de todo o Sistema SESI, nas várias instâncias organizacionais e hierárquicas, constitui o marco referencial da Instituição para o planejamento, organização, execução e avaliação das atividades de lazer, fundamentando-se em diagnóstico que as antecedeu.

Obedecendo os preceitos regimentais de unidade normativa e descentralização executiva, a concretização desta política, tendo como ponto basilar o conhecimento da realidade e as necessidades e aspirações da clientela, busca resgatar, preservar e desenvolver a cultura local.

POLÍTICA E DIRETRIZES DE AÇÃO

DO SESI NO CAMPO DO LAZER

PRESSUPOSTOS

As ações de lazer desenvolvidas pelo SESI têm como pressupostos básicos:

HOMOLOGADO PELO PLENÁRIO DA 113a.

o lazer como direito de cidadania expresso na REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DO SESI, Constituição da República, Art.6º;

REALIZADA EM 29.11.90.

o lazer, constituindo-se componente do bem-estar, apresenta-se como uma das ações do SESI na consecução de suas finalidades;

o lazer em face das características de interação e participação, configura-se um dos instrumentos privilegiados no relacionamento entre o capital e o trabalho.

APRESENTAÇÃO

A Política e Diretrizes de Ação no Campo do Lazer, definida com a participação de todo o Sistema SESI, nas várias instâncias organizacionais e hierárquicas, constitui o marco referencial da Instituição para o planejamento, organização, execução e avaliação das atividades de lazer, fundamentando-se em diagnóstico que as antecedeu.

Obedecendo os preceitos regimentais de unidade normativa e descentralização executiva, a concretização desta política, tendo como ponto basilar o conhecimento da realidade e as necessidades e aspirações da clientela, busca resgatar, preservar e desenvolver a cultura local.

A partir dos preceitos institucionais e considerando a magnitude da clientela potencial e as possibilidades operacionais da Entidade, são estabelecidas as seguintes prioridades:

PRESSUPOSTOS

As ações de lazer desenvolvidas pelo SESI têm como pressupostos básicos:

1º - trabalhador
2º - dependente
3º - comunitário

. o lazer como direito de cidadania expresso na Constituição da República, Art.6º;

. o lazer, constituindo-se componente do bem-estar, apresenta-se como uma das ações do SESI na consecução de suas finalidades;

. o lazer em face das características de interação e participação, configura-se um dos instrumentos privilegiados no relacionamento entre o capital e o trabalho.

sem perder de vista outras manifestações;

PRINCÍPIOS

c - quanto ao tipo de ações

O desenvolvimento das ações de lazer no SESI assenta-se nos princípios da livre escolha, participação espontânea, incentivo à criatividade e busca de ocupação prazerosa do tempo livre, proporcionando o entretenimento, a superação de desgaste físico e mental e a participação ativa no fazer cultural.

A partir deste ideário objetiva-se levar o indivíduo ao patamar participativo e criativo, culminando no seu desenvolvimento pessoal e social.

assessoria a entidades comunitárias, em especial aquelas que

PRIORIDADES

contingente significativo de industriários, na organização de atividades de lazer.

A partir dos preceitos institucionais e considerando a magnitude da clientela potencial e as possibilidades operacionais da Entidade, são estabelecidas as seguintes prioridades:

Estabelecido como um dos campos prioritários de atuação

a - quanto à clientela a ótica do atendimento ao homem na sua

total 1º - trabalhador interdisciplinar, na busca do bem-estar

social 2º - dependente da indústria e atividades assemelhadas.

3º - comunitário como manifestações culturais do lazer, as

atividades artísticas, físico-esportivas e sociais, entre outras,

b - quanto as áreas de atuação

são intercambiáveis, ocorrendo, a depender do evento e da atitude

. entendidas como interesses culturais do lazer, as áreas do participante, a predominância de determinada área.

artísticas, físico-esportiva e social necessitam buscar

equilíbrio quantitativo e qualitativo na oferta, tendo seu

principal determinante nos interesses e aspirações da clientela,

sem perder de vista outras manifestações;

c - quanto ao tipo de ações

- . manutenção de atividades de lazer, pelo SESI, em suas unidades fixas de atendimento; nas empresas, mediante utilização das instalações e equipamentos destas e/ou unidades móveis do SESI; em espaços da comunidade;

- . execução de programas, especialmente na empresa e na comunidade, voltados à educação para o lazer;

- . assessoria a empresas contribuintes na organização de atividade de lazer para seus empregados;

- . assessoria a entidades comunitárias, em especial aquelas que congreguem contingente significativo de industriários, na organização de atividades de lazer.

DIRETRIZES PROGRAMÁTICAS

Estabelecido como um dos campos prioritários de atuação do SESI, o Lazer, sob a ótica do atendimento ao homem na sua totalidade, requer ação interdisciplinar, na busca do bem-estar social do trabalhador da indústria e atividades assemelhadas.

Entendidas como manifestações culturais do lazer, as atividades artísticas, físico-esportivas e sociais, entre outras, são intercambiáveis, ocorrendo, a depender do evento e da atitude do participante, a predominância de determinada área.

DIRETRIZES TÉCNICO-OPERACIONAIS

No desenvolvimento das ações de Lazer serão observados

os seguintes critérios:

- . conhecimento da realidade, necessidade e aspirações da clientela;
- . atendimento aos interesses dos vários segmentos que compõem a clientela do SESI, considerando as características etárias e de sexo e referenciado no conhecimento técnico;
- . planejamento, execução e avaliação formativa e somativa das ações sob a ótica interdisciplinar e concurso de equipe multiprofissional;
- . participação efetiva da clientela no planejamento, organização e avaliação das ações;
- . qualificação de recursos humanos que atendam as demandas técnicas dos interesses culturais do lazer nas áreas artísticas, físico-esportiva e social;
- . intercâmbio permanente com órgãos e instituições que desenvolvam atividades correlatas, como um dos meios de colaborar para a atualização e enriquecimento técnico;
- . utilização dos meios de comunicação de massa como instrumentos de educação para o lazer;
- . opção por programas/atividades que propiciem maior abrangência da clientela e consistência às ações no Campo do Lazer, combinando eventos permanentes, de apoio e de impacto;
- . estabelecimento de mecanismos que facilitem o acesso do trabalhador e dependentes aos bens culturais do lazer, dentre eles a descentralização das ações, considerando os aspectos espaciais, temporais e econômicos;

- . oferta de atividades diversificadas, que atendam aos diversos interesses culturais do lazer de modo a concretizar "o princípio da livre escolha";

- . participação da equipe multiprofissional no que se refere à localização e construção das instalações de lazer, determinando-se o porte, a partir da realidade social;

- . integração com órgãos e instituições da comunidade buscando a otimização de recursos e a ampliação das ações.

PAPEL DO DEPARTAMENTO NACIONAL

- . apoio e assessoramento aos Departamentos Regionais na implantação e implementação da Política e Diretrizes de Ação do Sesi no Campo do Lazer;

- . produção e/ou seleção de insumos técnicos que possibilitem a implementação desta Política;

- . promoção de intercâmbio técnico intra e interinstitucionais;

- . fomento à qualificação dos recursos humanos.